

**A VIA CRÍTICA DO PATRIMÔNIO: TRAJETÓRIAS E PERSPECTIVAS
DA PATRIMONIALIZAÇÃO AO CANTEIRO DE OBRAS:
reflexões sobre os casos de intervenção no Mercado Público
Municipal e na ruína da antiga Enfermaria Militar da cidade de
Jaguarão, Rio Grande do Sul**

TOMAZ, LOURENÇO KALLIL ⁽¹⁾; TOFANI, FREDERICO DE PAULA ⁽²⁾

1. Universidade Federal de Minas Gerais - Escola de Arquitetura - Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável
Rua Paraíba, 697 - Bairro Funcionários - Belo Horizonte, MG - Brasil - CEP 30130-140
lourencoktomaz@gmail.com

2. Universidade Federal de Minas Gerais - Escola de Arquitetura - Departamento de Projetos
Rua Paraíba, 697 - Bairro Funcionários - Belo Horizonte, MG - Brasil - CEP 30130-140
fptofani@ufmg.br

RESUMO

No contexto da complexidade e dos desafios contemporâneos da conservação do patrimônio cultural, o artigo consiste em uma reflexão teórica, por meio da qual se esboça análises e críticas acerca da elaboração de estratégias de intervenção em bens edificados em geral e, em específico, nos bens em tela. Para tanto, cotejamos o arcabouço teórico preconizado pela Teoria da Conservação e as diretrizes e orientações dos agentes nacionais de conservação patrimonial. O trabalho se desenvolve em três etapas. Inicia-se com uma exposição das discussões teóricas acerca da conservação através das formulações da Teoria da Conservação, desde as contribuições da escola austríaca com a obra de Alois Riegl, no início do século XX, que coloca a conservação patrimonial como campo epistemológico, até a compreensão atual da noção de patrimônio e suas abrangências. Em seguida, apresenta as diretrizes e orientações dos agentes nacionais de conservação patrimonial. E por fim, debruça-se sobre dois casos na cidade de Jaguarão, RS, que tiveram seu processo de patrimonialização e intervenção durante a implantação e o desenvolvimento do *Programa de Aceleração do Crescimento 2 - Cidades Históricas*, entre os anos de 2009 e 2015. O artigo foi elaborado tomando-se por base, dentre outros conteúdos, os conhecimentos teóricos, metodológicos e empíricos compartilhados na disciplina *Restauração, Reabilitação e Requalificação do Patrimônio Cultural Edificado: Teorias e Práticas Contemporâneas*, ofertada a mestrandos e doutorandos do Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais (PACPS-UFMG).

Palavras-chave: Patrimônio Cultural Edificado; Conservação; Preservação e Uso Sustentável; Mercado Público Municipal de Jaguarão; Antiga Enfermaria Militar de Jaguarão.

INTRODUÇÃO

A determinação dos bens que constituem o patrimônio cultural de uma sociedade consiste em uma questão essencialmente axiológica – em um *juízo de valor* –, como bem demonstrou Alois Riegl em sua obra *Der moderne Denkmalkultus: sein Wesen und seine Entstehung*, publicada em 1903 e vertida para o português sob o título *O Culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem* (RIEGL, 2014). Essa condição antológica de todo bem patrimonial impõe, quando de qualquer esforço visando à sua compreensão e conservação¹, que se entenda os valores atribuídos a ele, no passado e no presente, posto que valores não são absolutos e imutáveis, mas relativos às especificidades culturais da sociedade que tem ou teve o bem como objeto social. Nesse sentido, cabe lembrar, inclusive, que dois dos grandes méritos da teoria riegliana foram, primeiro, colocar-se oposição frontal a noções e crenças longevas que ainda perseveravam na História da Arte no início do século XX – como a existência de cânones artísticos universais, de artes maiores e artes menores, e de decadência artística; e, segundo, sustentar que cada bem é produto e representação de um contexto histórico-estético específico e de uma sensibilidade e vontade artística também específica e, assim sendo, deve ser analisado caso a caso.

A conservação do patrimônio cultural tem, portanto, sua gênese no reconhecimento dos valores atribuídos ao bem. Valoração essa que seria entendida no movimento ‘Restauro Crítico’ – e por seu mais conhecido integrante, Cesare Brandi – como a relação dialética entre a relevância histórica e a mensagem estética da obra de arte (BRANDI, 1963). Todavia, uma das dimensões fundamentais da maioria das obras arquitetônicas – o uso – seria entendido como secundário por Brandi, o qual considerava o reestabelecimento estético-figurativo da obra como o princípio fundamental do restauro. Nessa perspectiva, o uso é entendido como um meio de conservar o bem e não como finalidade precípua da conservação (KÜHL, 2007). E mais, entende-se a manutenção, ainda que limitada ao aspecto estético-figurativo do bem,

¹ A conservação é entendida aqui como “o processo realizado com vistas a perpetuar os atributos de integridade e autenticidade de um bem. Ela é um valor de continuidade, implica a permanente manutenção do bem cultural e, conforme as circunstâncias, implica ou não ações de restauração e/ou preservação – que, por sua vez, não se opõem a ela e não são sinônimos dela. A conservação, assim entendida, é, portanto, um processo *atemporal*” (TOFANI, 2019, p.16). Já preservação é entendida como “o processo de contribuir para a conservação de um bem por meio da salvaguarda de seus atributos de integridade e autenticidade contra potenciais ameaças e danos futuros. Trata-se, portanto, de um processo *com ênfase no futuro*” (p. 17). A manutenção, por sua vez, é entendida como “o processo de contribuir para a conservação de um bem por meio do cuidado concreto e cotidiano de sua matéria e condições de uso e usufruto. A manutenção deve minorar a necessidade de sua restauração. Trata-se, portanto, de um processo *com ênfase no presente*” (p. 17). A restauração, por fim, é entendida como “o processo de contribuir para a conservação de um bem por meio do restabelecimento de sua matéria a um estado anterior conhecido. A restauração deve terminar quando começa a hipótese, pois se rejeita intervenções conjecturais, e ter caráter excepcional, pois se deve priorizar a manutenção do bem. Trata-se, portanto, de um processo com ênfase no passado” (p. 17).

como a principal medida de sua conservação e como meio de se evitar a restauração, admitida apenas como medida extrema, aplicável quando as demais não surtirem mais efeito.

Não obstante seus muitos méritos e contribuições à restauração, a teoria brandiana tem sido objeto de cada vez mais críticas no que tange, sobretudo, à aplicação de seus axiomas e princípios operativos no patrimônio cultural edificado, uma vez que compreende o bem isoladamente. Dentre elas, destaca-se a crítica à ênfase dada à dualidade estética-histórica, em detrimento da devida consideração do uso das obras arquitetônicas e, por decorrência, de seus aspectos funcionais, apropriações cotidianas e contribuições sociais (CARSALADE, 2014; MUNÓZ VIÑAS, 2003; TOFANI, 2019).

Hoje, cresce o entendimento de que a conservação de um bem cultural edificado requer não apenas a salvaguarda de seus atributos físicos e simbólicos contra fenômenos potencialmente lesivos. Ela também requer – a um só tempo e direcionada a ser sustentável – a destinação desse bem a uma finalidade que o permita contribuir para o desenvolvimento social em geral e, em específico, para o desenvolvimento da comunidade à qual ele está diretamente associado. A sustentabilidade da relação entre a salvaguarda e a destinação de um bem cultural edificado – ou seja, sua preservação e uso sustentável – proporciona uma maior probabilidade de que ele seja sempre entendido como de relevância e permanentemente conservado pela respectiva sociedade, pois ocupa um lugar privilegiado não apenas na sua história e memória (seu *passado*), mas também na consumação de sua existência concreta (seu *presente*) e nos seus principais projetos para o porvir (seu *futuro*). No entanto, alcançar a sustentabilidade na relação entre preservação e uso consiste em uma tarefa bastante complexa, dada sua natureza estruturalmente dinâmica e delicada e a grande variedade e variabilidade de fatores envolvidos. O que requer a permanente observância de, por um lado, a tendência da preservação à *permanência* e a acarretar prejuízos ao desenvolvimento social; e, por outro, a tendência do uso à *transformação* e a acarretar prejuízos aos atributos físicos e simbólicos do bem. Ou seja, a preservação e uso sustentável de um bem cultural edificado impõe tanto a obrigatoriedade de se dar uma finalidade ao bem que seja sempre compatível com tais atributos quanto, em muitos casos, a necessidade de que o bem seja objeto de adequação a essa finalidade (TOFANI, 2019).

Em se tratando de bens edificados que abrigam usos tradicionais e, em especial, que são espaços de concentração e reprodução de práticas culturais coletivas, a questão da destinação – e, em grande medida, a própria questão da conservação – consiste em salvaguardar esses usos tradicionais e práticas coletivas tanto ou mais do que os atributos físicos e simbólicos dos bens relacionados. Isso envolve, não raro, o acautelamento desses usos, práticas e respectivos espaços como bens do patrimônio cultural imaterial à maneira do que se denomina como Saberes, Celebrações, Formas de Expressão e Lugares.

As transformações do conceito de patrimônio, dos valores patrimoniais, das noções de autenticidade e integridade, e das teorias e práticas de conservação estão fundamentalmente relacionadas à variação de entendimentos sobre o que é cultura, sobre o que é natureza, e sobre suas relações – e são patentes nas obras de autores tais como Eugène-Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879), John Ruskin (1819-1900), Camillo Boito (1836-1914), Aloïs Riegl (1858-1905), Gustavo Giovannoni (1873-1947), Max Dvorák (1874-1921), Roberto Pane (1897-1987), Cesare Brandi (1906-1988), Renato Bonelli (1911-2004) e Salvador Muñoz Viñas (1963-), bem como das principais Cartas Patrimoniais produzidas a partir da Carta de Atenas sobre conservação e restauração de monumentos históricos, de 1931. Não obstante o embate entre diferentes entendimentos do que é patrimônio e de como conservá-lo ser uma constante histórica, pode-se afirmar que um dos principais avanços no campo patrimonial consiste no crescente reconhecimento e valorização de que

as manifestações culturais de uma sociedade e, por extensão, seus bens patrimoniais mantêm entre si relações de interdependência ou indissociabilidade, ou mantinham antes que elas fossem rompidas por algum fenômeno desagregador. Essas relações se dão tanto entre bens classificados como ‘culturais materiais’ e ‘culturais imateriais’ quanto entre bens classificados como ‘culturais’ e ‘naturais’. Ademais, elas são patentes principalmente em comunidades tradicionais, dado o fato de que elas têm como uma de suas características mais marcantes “a dependência, sentido de indissociabilidade e conhecimento profundos [...] em relação às dimensões naturais do espaço onde vive” (Tofani, 2008, p. 463) [...]. As relações de interdependência e indissociabilidade entre bens patrimoniais exigem, portanto, a integração da conservação dos bens culturais e dos bens naturais, assim como da conservação dos bens culturais materiais e dos bens culturais imateriais (TOFANI; BRUSADIN, 2019, p. 9).

Em outras palavras, em se tratando da valoração de bens culturais materiais, ela tem sido ampliada ao conjunto de atributos sensíveis e significados atribuídos pelos grupos sociais que os produzem e à importância de sua relação com as dinâmicas espaciais e sociais e especificidades de suas dimensões intangíveis. Essa ampliação está atrelada principalmente à crescente difusão do conceito antropológico de cultura que, *pari passu* com políticas sociais para o desenvolvimento humano, rejeita a *ideia civilizatória* de grupos dominantes e seus ‘monumentos da história’ (oficial) e ‘obras de arte excepcionais’ (eruditas) e preconiza a ideia de identidade coletiva e diversidade social, abrindo-se para o reconhecimento de expressões culturais de todos os grupos participantes na formação e composição da sociedade e, inclusive, de suas minorias (CARSALADE, 2014; TOFANI, 2008). Essa mudança de concepção resulta no reconhecimento, na valoração e no consequente aporte para conservação de bens culturais identitários desses grupos. Assumindo valores subjetivos do bem, como tratava pioneiramente, em 1849, John Ruskin ao se referir à arquitetura doméstica e à cidade tradicional, “de acompanhamento” do cotidiano (RUSKIN, 2008).

Assim, o patrimônio é entendido como conjunto integrado por bens materiais (culturais e naturais) e imateriais, que configura paisagens culturais complexas e dinâmicas e que requer

respostas específicas e estratégias integradas de tutela e salvaguarda capazes de preservar as expressões culturais de modo sistêmico e integral (CASTRIOTA, 2013; RIBEIRO, 2007; TOFANI, 2019). Neste sentido, a compreensão do lugar e dos fatores sociais e econômicos relacionados ao bem deve ser somada às leituras do objeto e de suas particularidades históricas e estéticas como diretrizes para o estabelecimento de um juízo crítico de conservação, de modo que a intervenção proposta seja uma resposta coerente aos valores intrínsecos à obra (BRANDI, 2004; CARBONARA, 2007). Portanto, entende-se ser imprescindível que a intervenção – seja ela uma restauração, uma reabilitação, uma requalificação ou mesmo combinações dessas categorias – deva ser coerente com as características e necessidades da comunidade depositária. Afinal, elas desempenham um papel capital na conservação dos respectivos bens, pois são os atores sociais que têm relações mais diretas e constantes com eles – quando não são uma condição precípua para a existência deles. Esse papel pode ser bastante positivo, caso a conservação seja compatível com os modos de produção do espaço e reprodução social da comunidade e, ainda mais, quando a conservação é condição imprescindível para sua existência. Entretanto, esse papel pode ser bastante negativo, pois caso a conservação seja compatível, a comunidade tende a atuar como agente da destruição desse patrimônio, seja abandonando-o ou destruindo-o (TOFANI; BRUSADIN, 2019).

Além da correspondência com os atores locais de conservação, o estabelecimento de uma postura crítica diante do bem deve ser também ação política, a fim de propor continuidade no tempo. Trata-se aqui da gestão do patrimônio e da vida do Lugar. A conservação, compreendida como política pública, colabora para a contínua conservação do bem, evitando sua degradação, ruína e desaparecimento, sendo essa a finalidade precípua do tema da conservação patrimonial.

Uma obra que já se encontra em estado de ruína, ou em arruinamento, configura um caso limite para a restauração, uma vez que a sua composição figurativa se apresenta fracionada ou até mesmo ilegível – e nesse caso a imagem da obra se encontra de tal modo insuficiente para sua reintegração que a ação de restauração resultaria em um *falso* (BRANDI, 2004). Edificações em estado de arruinamento são, quanto a sua relevância histórica, simultaneamente documentos para registro de tipologias arquitetônicas e técnicas construtivas do passado e documentos do próprio processo de destruição da arquitetura. No que se refere ao aspecto imagético e simbólico, as ruínas transmitem ideias relacionadas à fragilidade e finitude da atividade humana diante da passagem do tempo e da ação da natureza (RODRIGUES, 2017). Ou como escreveu Georg Simmel em 1907, em seu notório ensaio *Die Ruine*,

A grande luta entre a vontade do espírito e a necessidade da natureza, o balanço entre a alma que aspira à elevação e a gravidade que tende a descer, alcançaram, respectivamente, uma paz verdadeira e uma equação exata somente em uma única arte: a arquitetura. [...] Este balanço singular entre a matéria mecânica, pesada, passivamente resistente à pressão e a espiritualidade enformante, que impele ao alto quebra-se, no entanto, no instante em que o edifício rui, pois isso não significa outra coisa senão que as meras forças da natureza começam a predominar sobre a obra humana. [...] A ruína da obra arquitetônica significa que naquelas partes destruídas e desaparecidas da obra de arte outras forças e formas – aquelas da natureza – cresceram e constituíram uma nova totalidade, uma unidade característica, a partir do que de arte ainda vive nela e do que de natureza já vive nela (SIMMEL, 1998, p. 137-138).

Nesse sentido, é necessário atenção ao momento de estudo do bem, do reconhecimento dos seus valores e do seu estado de degradação, para além da sua materialidade, a sua presença no imaginário coletivo. É a partir desse tempo, do tempo presente, e do estado em que a obra se encontra, que se define as estratégias de conservação (BRANDI, 2004). Essas aproximações teóricas são essenciais para o entendimento das reflexões apresentadas nas análises deste trabalho.

O presente artigo tem origem em um estudo de caso desenvolvido pelo Arquiteto e Urbanista Lourenço Kallil Tomaz, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais (PACPS-UFMG), na disciplina *Restauração, Reabilitação e Requalificação do Patrimônio Cultural Edificado: Teorias e Práticas Contemporâneas*, ministrada pelo Professor Doutor Frederico de Paula Tofani, no primeiro período letivo de 2019. Essa disciplina visa contribuir para a geração, o desenvolvimento, a transmissão e a aplicação de conhecimentos, competências e habilidades próprios à sua temática e, em específico, para a análise, a crítica e a produção de projetos e obras de restauração, reabilitação e requalificação de bens culturais edificados.

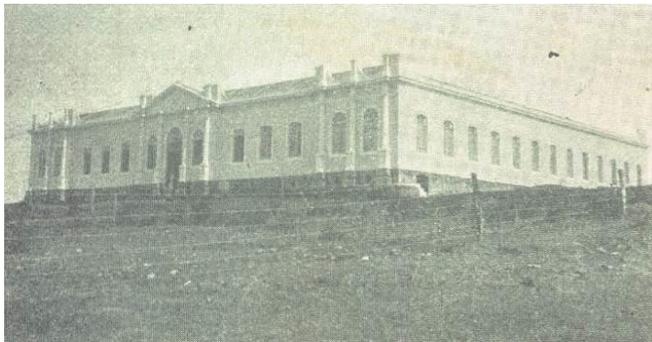
Este artigo se propõe a analisar a atividade profissional de intervenção patrimonial, reconhecendo a amplitude do campo de conhecimento e as suas possíveis interpretações, e por isso, compreendendo serem plausíveis as diferentes nuances de atuação diante do tema da preservação.

Os bens culturais edificados analisados neste artigo se localizam na cidade de Jaguarão, no estado do Rio Grande do Sul² e apresentavam diferentes estados quando do início das ações de conservação – o que exige dois olhares distintos de análise sobre os processos de

² A cidade de Jaguarão se localiza no extremo meridional do estado do Rio Grande do Sul, junto à fronteira com o Uruguai e a cidade de *Rio Branco*. O município, situado nos Campos Neutrais – zonas de disputa entre as coroas portuguesa e espanhola, desenvolveu-se, assim como o vizinho município de Bagé, a partir da pecuária de corte para abastecimento das charqueadas e estâncias da região de Pelotas. O território se consolidou como brasileiro a partir de 1802, com a expulsão dos espanhóis para a outra margem do Rio Jaguarão. Em 1855, a então Vila do Espírito Santo do Cerrito foi elevada à categoria de Cidade. Nesse período, pós Revolução Farroupilha, a cidade passou por uma série de melhorias arquitetônicas e urbanas, dentre as quais, foram construídos os dois objetos de estudo deste trabalho (IPHAN, 2010).

intervenção. O primeiro, o Mercado Público Municipal, encontrava-se em suficiente integridade edilícia, o que permitia a completude da sua leitura (Figura 1a); já o segundo, a antiga Enfermaria Militar, encontrava-se em avançado arruinamento (Figura 1d). A complexidade desses bens é potencializada por seu contexto socioespacial, sendo o primeiro localizado na margem do Rio Jaguarão, dentro do conjunto urbano tombado da cidade, e o segundo em região periférica, com características rurais e de relativa precariedade urbanística, características que reforçam particularidades encontradas dos objetos (Figura 1e).

Figura 1: a) o Mercado Público Municipal (s.d.); b) o Mercado Público Municipal durante as obras de intervenção e seu entorno (s.d.); c) a Enfermaria Militar em funcionamento (s.d); d) a antiga Enfermaria Militar em arruinamento (s.d.); e) localização do Mercado Público Municipal (círculo vermelho na porção inferior) e da ruína da antiga Enfermaria Militar (círculo vermelho na porção superior esquerda).





Fonte: a) b) c) fotografias do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, s/d; d) fotografia de Eduardo Tavares, em 2009; e) modificado de Google Earth, 2019.

Este artigo tem caráter qualitativo, uma vez que visa ao estudo da qualidade das intervenções, isto é, a sua descrição, análise e crítica. Para discutir a aplicabilidade da Teoria da Conservação no contexto desses bens do patrimônio cultural edificado, considerou-se necessário iniciar o estudo com a compreensão do contexto das intervenções. Para isso, buscou-se entender a atuação dos agentes de conservação, os modos de interpretação do bem, a definição da postura de intervenção, e por fim, as estratégias de ação utilizadas, questões estas referentes às reflexões teóricas esboçadas nos parágrafos anteriores.

A narrativa do artigo inicia os tópicos com o resultado da investigação acerca da leitura teórica-conceitual pelos agentes envolvidos nas intervenções, notadamente o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o Poder Público Municipal e o grupo responsável pelos projetos de intervenção. Em seguida, analisa-se as questões teóricas e conceituais abordadas em cada documento estudado, sempre atentos ao fato de que a documentação disponível é diferente nos dois casos, o que direcionou o nível de aprofundamento das análises.

Para a etapa de investigação foram empregados os procedimentos metodológicos de revisão bibliográfica e de análise documental. Foram analisados, em especial, o dossiê produzido pelo IPHAN quando do processo de tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão e alguns documentos relacionados a ele (IPHAN, 2010a, 2010b, 2010c); materiais de divulgação e de capacitação da segunda edição do Programa de Aceleração do Crescimento

voltado a Cidades Históricas (PAC2-Cidades Históricas) (IPHAN, 2013a, 2013b, 2014, s/d); o memorial descritivo do projeto de restauração e requalificação do Mercado Público Municipal de Jaguarão, produzido pela empresa Brasil Arquitetura e disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Jaguarão (PMJ, 2013); os editais de Concorrência Pública da Prefeitura Municipal de Jaguarão para execução das obras de intervenção (PMJ, 2014); fotografias dos objetos deste artigo pertencentes ao acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão e ao acervo do Núcleo de Estudos de Arquitetura Brasileira da Universidade Federal de Pelotas (NEAB-UFPeI) e publicações online da empresa Brasil Arquitetura.

OS CASOS DO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL E DA RUÍNA DA ANTIGA ENFERMARIA MILITAR DE JAGUARÃO

Os processos de tombamento dos objetos de estudo deste artigo, assim como o desenvolvimento dos projetos de intervenção, ocorreram entre os anos de 2009 e 2015. Por essa razão, buscou-se compreender como os instrumentos federais de gestão do patrimônio cultural estavam articulados e quais eram suas diretrizes nesse período, a fim de possibilitar a análise dos processos locais com relação ao entendimento da conservação em âmbito nacional.

Entre 2009 e 2012, os esforços do Governo Federal estiveram concentrados, através da atuação do IPHAN, na proposta de superar as carências observadas em programas anteriores, como o Programa Monumenta. Dentre essas carências, destacam-se a atuação bastante fragmentária das diversas instâncias governamentais e as dificuldades da gestão, sobretudo municipal, do patrimônio cultural e dos recursos para tanto. Através da proposta de articulação da gestão do patrimônio entre os níveis municipal, estadual e federal, buscava-se otimizar as ações e os recursos. Essa política teve início com o lançamento de uma Chamada Pública, em 2009, para a elaboração de Planos de Ação em parceria entre as instâncias administrativas e sob supervisão das Superintendências do IPHAN, e foi concluída em 2012 com a apresentação dos planos pelos municípios.

Esse processo resultou em uma melhor organização dos municípios com relação ao seu planejamento urbano, agora integrando-o a políticas urbanas, e no lançamento pelo então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, em 2013, da já referida segunda edição do PAC2-Cidades Históricas. A propósito, esse Programa tinha entre seus objetivos principais “Tornar o patrimônio cultural eixo indutor e estruturante na geração de renda, de novos empregos, de agregação social e afirmação identitária das cidades protegidas, utilizando-se de seu potencial econômico e simbólico” (IPHAN, 2014, p. 2).

DEFINIÇÕES DA PROPOSTA DE AÇÃO DO PAC2-CIDADES HISTÓRICAS

Em seu material de divulgação, disponibilizado no lançamento do Programa, o órgão considera que “a gestão desse patrimônio ganha uma nova dimensão que vai além da intervenção física nos monumentos protegidos e reforça o sentimento de pertencimento e de cidadania dos brasileiros em relação aos símbolos de nossa cultura” (IPHAN, 2013a, p. 2). Sobre o pacote de recursos, o material explica que “com tais recursos, os proprietários poderão recuperar suas residências, ou mesmo investir na adaptação de edifícios para exploração econômica, como hotéis, pousadas e restaurantes” (p. 2). Aqui se observa um aspecto conceitual positivo – a valorização não apenas de bens monumentais, mas também da arquitetura dita comum –, mas acompanhado de alguma fragilidade nas questões da interpretação do bem, da definição de seu uso e das implicações disso na sua conservação, que fica bastante condicionado ao juízo do proprietário.

O material de divulgação do PAC2-Cidades Históricas traz também menções à Paisagem Cultural do Rio de Janeiro e ao Frevo Pernambucano e declara que “o Governo Federal mobiliza seus melhores esforços e um volume inédito de recursos para oferecer, às gerações atual e futuras, ambientes urbanos mais humanos e respeitosos para com os valores culturais, preservando bens que caracterizam a nossa cultura e conferem ao Brasil uma diversidade de identidades única em todo o mundo” (IPHAN, 2013a, p. 2). Esse material aponta, ainda, o patrimônio cultural edificado como uma grande potencialidade para o desenvolvimento social e econômico, assim como para a conservação de bens imateriais das comunidades locais, por mais que o patrimônio imaterial não seja contemplado diretamente pelo Programa. No entanto, os documentos apresentados levam a interpretação de que o PAC2-Cidades Históricas coloca as instâncias material e imaterial em uma relação de associação, pois considera que ao se “recuperar” um bem material, conserva-se também o patrimônio imaterial associado. Contudo, o Programa não aponta caminhos ou oferece incentivos para a identificação e o estudo do patrimônio imaterial relacionado aos bens materiais como premissa para a elaboração de propostas de intervenção.

Cabe observar, também, que o material de divulgação do PAC2-Cidades Históricas adota os termos ‘recuperação’ e ‘restauro’ para se referir a intervenções em monumentos e ruínas e o termo ‘requalificação’ para se referir a intervenções em praças, largos e sítios. A adoção dessa terminologia não é devidamente esclarecida, sobretudo à luz das teorias e práticas contemporâneas de conservação, o que faculta entendimentos por demais dissonantes e, pior, pode acarretar sérios equívocos na concepção das ações conservacionistas.

Já o documento *Orientações para elaboração do projeto básico*, disponibilizado pelo IPHAN (2013b), é evidentemente direcionado a empresas de Arquitetura e Urbanismo e de

Engenharia e não faz menção, inexplicavelmente, à necessidade da participação de profissionais imprescindíveis na conservação de bens culturais edificados, tais como arqueólogos, antropólogos, historiadores, museólogos, turismólogos etc. Esse direcionamento limitado às competências da construção civil – em prejuízo da interpretação integral e da conservação adequada do bem – se reflete no elenco de estudos e análises a serem realizados, que é composto por: pesquisa histórica, levantamento físico, análise tipológica, de materiais e de sistema construtivo, prospecções, análise do estado de conservação, análise estética e mapeamento de danos. Observa-se neste documento a inexistência de qualquer referência aos aspectos intangíveis, imateriais, e ao estudo das dinâmicas sociais e econômicas que envolvem o objeto arquitetônico. Tal caderno de orientações se desenvolve centrado no aspecto estético da obra, o que suscita questões sobre a prevalência desse valor sobre os demais. No que diz respeito ao aspecto estético, o texto estabelece diretrizes coerentes com as bases da Teoria da Conservação e, em especial, com seus fundamentos de viés brandiano. Isso é visível, por exemplo, quando se inicia definindo como premissa que “os projetos deverão ser elaborados respeitando os valores estéticos e culturais do Bem, com o mínimo de interferência na autenticidade do mesmo, seja autenticidade estética, histórica, dos materiais, dos processos construtivos, do espaço envolvente ou outras” (IPHAN, 2013b, p. 4). O texto também coloca como premissas a distinguibilidade nos casos de substituição de elementos, a intervenção criteriosa e a re-trabalhabilidade dos novos elementos inseridos de modo “que possam ser substituídos no futuro e no final de sua vida útil, sem danos ao bem” (p. 4), o respeito à passagem da obra pelo tempo, definindo que “a autenticidade histórica permeia todos os aspectos associados ao bem, não sendo permitida qualquer intervenção que possa alterar ou falsificar os valores históricos contidos nos materiais, técnicas construtivas, aspectos estéticos e espaciais” (p. 4), e que “a autenticidade estética corresponde ao respeito às ideias originais que orientaram a concepção inicial do bem e das alterações introduzidas em todas as épocas, que agregando valores, resultam numa outra ambiência, também reconhecida pelos seus valores estéticos e históricos” (p. 4).

Há, no entanto, trechos que exigem maior cautela na sua interpretação, sobretudo quando envolvem o complexo e movediço conceito de autenticidade. Isso é patente, por exemplo, quando se preconiza que “garantir a autenticidade dos materiais implica na manutenção da maior quantidade possível de materiais originais, de modo a evitar falsificações de caráter artístico e histórico” (p. 4); ou que “as propostas relativas ao resgate de determinados aspectos estéticos do bem devem estar baseadas e fundamentadas em análises e argumentos inquestionáveis sobre a autenticidade do espaço envolvente” (p. 4). Por fim, o caderno de orientações determina ser “fundamental o conhecimento dos documentos

internacionais e dos princípios enunciados nas cartas patrimoniais para a elaboração de projetos de preservação” (p. 4).

O PAC2-Cidades Históricas selecionou 44 dos 140 municípios que concluíram e apresentaram Planos de Ação. Para concorrer aos recursos, era exigido que o município tivesse seu conjunto urbano tombado ou em processo de tombamento em nível Federal. Dos municípios selecionados, quatro estão localizados no estado do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, São Miguel das Missões, Pelotas e Jaguarão. Este último foi beneficiado com o montante de 40,3 milhões de reais e logrou ser o município com o maior número de bens contemplados para as ações do Programa. A saber, um total de onze bens, assim denominados: a Praça Dr. Alcides Marques; o Largo das Bandeiras; a Igreja Matriz do Divino Espírito Santo; o Casarão da Prefeitura Municipal; o Casarão do Clube Jaguareense; o Casarão Clube Social 24 de Agosto; o Teatro Esperança; o Cine Regente; o antigo Fórum - Casa de Cultura; a antiga Inspetoria Veterinária; e, é claro, o Mercado Público Municipal e a ruína da antiga Enfermaria Militar.

A PATRIMONIALIZAÇÃO DE JAGUARÃO

O processo de tombamento, pelo IPHAN, do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão se deu entre os anos de 2009 e 2012 (Processo de Tombamento nº 1.569-T-08). No entanto, os esforços de patrimonialização de bens culturais do município datam de pelo menos o ano de 1988, quando uma parceria entre a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas, a Prefeitura Municipal de Jaguarão e o IPHAN resultou na criação do Projeto Jaguar. Este projeto seria responsável pela realização do Inventário do Patrimônio Arquitetônico de Jaguarão, que visava a conservação do patrimônio municipal e subsidiária, inclusive, o desenvolvimento do Plano Diretor Municipal. Ademais, esse projeto favoreceria o reconhecimento e o tombamento em nível estadual de diversos bens culturais edificados do município e, em especial, o conjunto arquitetônico do Centro Histórico e bens “de excelência”, tais como a ruína da antiga Enfermaria Militar.

Em 2009, através de portaria do IPHAN, os limediros municípios de Jaguarão e Bagé iniciaram a elaboração de dossiês de tombamento de seus principais conjuntos arquitetônicos e paisagísticos. Esses dossiês foram finalizados em 2010, mas Bagé, devido à fragmentação de seu conjunto urbano histórico, infelizmente não lograria vê-lo tombado. Entretanto, o Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão, consideravelmente mais íntegro, seria alçado a Patrimônio Cultural Federal, em 22 de junho de 2012, por meio da Portaria nº. 84 do IPHAN.

O dossiê de tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão definiu seu conjunto na forma de poligonais de proteção. Essas poligonais foram determinadas a partir dos setores urbanos, delimitados conforme suas características de formação e continuidade

territorial. Foram definidas duas poligonais de tombamento e uma poligonal de entorno, ou de amortecimento (Figura 2). A área das poligonais de tombamento consistem nos setores 01, 02, 03, 04 e ao edifício da Estação Ferroviária, ao passo que a área da poligonal de entorno é composta pelos setores 05, 06, 07, 08, 09 e 10. O Mercado Público Municipal e a ruína da antiga Enfermaria Militar estão inseridos, respectivamente, nos setores 03 e 04.

Figura 2: mapa do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão: poligonais de tombamento (azul) e poligonal de entorno (verde).



Fonte: mapa em IPHAN, 2010a.

O dossiê de tombamento de Jaguarão é composto também por um anexo denominado *Diretrizes para Gestão* e contendo indicações para as futuras ações de conservação definidas pela equipe técnica responsável pela elaboração do dossiê. Em relação ao Setor 03, onde se situa o Mercado Público Municipal, lê-se que “deverá ser promovida a valorização e preservação das características originais das margens do rio Jaguarão. Sugere-se a criação de uma área qualificada para o desenvolvimento de atividades de lazer ao longo do curso deste rio” (IPHAN, 2010b, p. 21). “Os prédios considerados como referenciais urbanos: Mercado, Sobrado do Barão, Clube Caixerai, Casa da Camarinha e a Cadeia não poderão ser destruídos nem ter sua visibilidade obstruída” (p. 21). A título de exemplo de discussão, vale

ponderar sobre dois trechos dessas diretrizes. O primeiro, sobre “ser promovida a valorização e preservação das características originais das margens do rio Jaguarão” (p. 21), o qual pode ser interpretada como resgate de características originais do conjunto tal qual o seu momento primeiro. E o segundo, o que recomenda que os edifícios referenciais do setor “não poderão ser destruídos nem ter sua visibilidade obstruída” (p. 21).

Em relação ao Setor 04, onde se situam a ruína da antiga Enfermaria Militar, as intervenções devem “visar à qualificação do parque com equipamentos de uso cultural e de lazer, consolidando a apropriação da ruína como espaço cultural e social. [...] Também deverá ser incentivada a inserção de novos usos no entorno que qualifiquem e valorizem o parque” (p. 21). Deste trecho, vale destacar a sugestão de “apropriação da ruína como espaço cultural e social”, que indica cabalmente a interpretação do bem como ruína.

O CASO DO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL

Esse Mercado está situado na área da antiga Praça da Marinha, onde também se encontram a Praça do Desembarque e o conjunto arquitetônico composto pela antiga usina de energia da Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul (CEEE). Enquanto o edifício do Mercado consiste em uma tipologia em ‘L’ com características da arquitetura militar do tipo fortificação e elementos do ecletismo neoclássico, a antiga usina consiste em uma edificação industrial com características protomodernas, tendo alguns anexos que não apresentam “uma organização ou princípio compositivo perceptível” e, por isso, são definidos no dossiê de tombamento como de tipologia “indefinida” (IPHAN, 2010a, p. 162) (Figura 1b).

A construção do Mercado Público Municipal se deu no período de reorganização e melhoramento da cidade, após a Revolução Farroupilha. Sua idealização data do ano de 1859, assim como o início da articulação, pela Câmara Municipal, das providências para obtenção dos recursos necessários para sua construção. Esta foi iniciada em 1863 e, em 1867, o edifício foi inaugurado e “nessa data, alguns dos quartos já estavam alugados. Após a inauguração, para resguardar os quartos da ação da chuva e do sol, foi construída uma varanda no interior” (IPHAN, 2010a, p. 125). Em 1920, o Mercado foi objeto de uma grande reforma, quando “houve a eliminação da escadaria oeste, foram retirados os gradis, houve o fechamento de alguns vãos e a eliminação das cisternas. O muro foi levantado meio metro” (IPHAE, 2019b).

O reconhecimento da relevância cultural do Mercado Público Municipal pelo Poder Público e seu acautelamento como patrimônio se deram, no entanto, mais de uma década antes do tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão pelo IPHAN. O mérito da vanguarda das ações preservacionistas cabe à então Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (CPHAE), hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do

Rio Grande do Sul (IPHAE), que, em 1990, alçou o Mercado Público Municipal de Jaguarão a patrimônio histórico estadual (IPHAE, 2019b).

A proposta de intervenção no Mercado foi desenvolvida pela empresa Brasil Arquitetura em 2010 e teve o Projeto Executivo concluído em 2013 (Figura 3). A execução da obra teve início em junho de 2014, a cargo da empresa Marsou Engenharia e contando com recursos do Governo Federal, por meio do PAC2-Cidades Históricas. A obra foi interrompida em 2017 e se encontra, até então, inconclusa. O escritório Brasil Arquitetura (s/d) assim descreve as diretrizes básicas do projeto:

requalificação urbana de todo o entorno a partir da abertura da frente ribeirinha, com a demolição das construções que hoje obstruem a vista e o acesso pleno ao rio jaguarão; criação de uma nova praça entre o mercado e o rio que poderá receber desde pequenos shows musicais até quermesses, feiras de antiguidades e artesanatos, eventos temáticos ou simplesmente proporcionar ao usuário a bela visão das águas, da ponte e da encosta uruguaia do outro lado do rio; tomar a história urbanística da cidade como potencial de transformação da vida atual, induzindo a ocupação da zona ribeirinha para o lazer de todos os seguimentos e faixas etárias da população – o “malecón” de muitas cidades hispânicas; interferir delicadamente no conjunto construído, mantendo suas características originais valorizadas sem prejuízo de funcionalidade em seus novos usos. valorização máxima da convivência entre os usuários e frequentadores do conjunto. (s/p).

Figura 3: Proposta de intervenção no Mercado Público Municipal de Jaguarão.



Fonte: imagens em Brasil Arquitetura (s/d).

Essas diretrizes sugerem a interpretação isolada do Mercado, uma vez propostas a demolição da edificação industrial e a abertura de uma via desconsiderando o traçado da Praça existente.

A decisão de demolição do conjunto fabril pode ser comparada à postura de limpeza estilística de intervenção adotada IPHAN, então SPHAN, nas suas primeiras ações.

A proposta de “Tomar a história urbanística da cidade como potencial de transformação da vida atual” (BRASIL ARQUITETURA, s/d, s/p) pode sugerir duas alternativas: o retorno de um uso inicial da praça ou o apelo histórico da região para atração de turismo. Devido às estratégias projetuais de restauração apresentadas a seguir, acredita-se que a ideia seja o retorno à relação original do Mercado.

No que se refere às ações sobre a materialidade do bem, o Memorial Descritivo do projeto apresenta que “o Mercado Municipal de Jaguarão será recuperado em todos os seus aspectos físicos e arquitetônicos e terá novos usos: restaurantes, lanchonetes e pequenos comércios” (p. 2). O texto descreve que o desafio da intervenção é “capacitar o edifício histórico para as modernas necessidades e novos usos, mantendo suas características, sua memória e seu patrimônio. Desta maneira, todas as intervenções foram criteriosamente estudadas de modo que se conseguisse a mínima interferência” (p. 2).

O documento parte, então, para a descrição das ações a serem realizadas. Ações de remoção, demolição, retirada e armazenamento para remontagem ou substituição, seguidas das ações de consolidação da estrutura, como o grampeamento embutido das alvenarias com fissuração e a execução de vergas e contravergas em concreto também embutidas (e o posterior revestimento com argamassa de cal), embrechamento e a utilização de *Cuci Scuci*, para a qual se sugere a reutilização da alvenaria removida que esteja em condição de ser reutilizada.

Entre as ações de construção, o Memorial descreve que deverão ser executados: vigas de amarração em concreto armado para sustentação do sistema da cobertura; o madeiramento da varanda e da edificação, salientando que devem ser de tipologia e morfologia compatíveis com o sistema existente na edificação; subcobertura em chapa de aço galvanizado; a reprodução de molduras em argamassa; cimalthas e frisos das platibandas, e estabelece que “deverão ser restauradas por profissional habilitado, com a correção de pequenas irregularidades, complementação de trechos faltantes e reforço estrutural e substituição de trechos comprometidos, quando necessários, seguindo as mesmas dimensões das existentes” (p. 31); novas esquadrias em madeira, para as quais, “a madeira utilizada [...] deverá ser madeira de lei, [...], com características similares às madeiras das unidades originais” (p. 32); novas esquadrias em ferro, para as quais, “no processo de restauro, deverão ser substituídas todas as peças danificadas e comprometidas por outras de mesma característica e similaridades” (p. 35); novo piso em ladrilho hidráulico, com a observação de que “nas circulações internas, as peças faltantes e/ou danificadas deverão ser substituídas por outras de iguais características e formato, de maneira a não alterar a composição do conjunto” (p. 37); manutenção das soleiras originais de pedra ainda existentes, e “as demais soleiras existentes em materiais diversos, deverão ser removidas e substituídas por soleiras em pedra, de características e dimensões semelhantes às originais, existentes” (p. 38).

As ações devem ser analisadas sob a ótica brandiana, uma vez tendo sido sugerida pela própria conceituação do Memorial. No entanto, nas suas soluções práticas, o projeto expressa compreender o processo de restauração como retomada do momento inicial da vida da obra, entrando em conflito com o próprio pensamento de Brandi. Os elementos que são

substituídos, são replicados “tal qual”. Os elementos que são inseridos, e poderiam colaborar para o entendimento dos tempos da obra, são ou mimetizados ou suprimidos.

Figura 4: obras de intervenção no Mercado Público Municipal de Jaguarão.



Fonte: a) b) fotografias em Mansou Engenharia, s/d; c) d) fotografias de Lourenço Kallil Tomaz, em 2015.

O CASO DA RUÍNA DA ANTIGA ENFERMARIA MILITAR

Esse bem cultural se situa no ponto mais elevado da cidade de Jaguarão, o chamado Cerro da Pólvora, local onde foi implantada a Guarda Espanhola em 1792 e, após a retirada dos espanhóis, a partir de onde se deu o povoamento do território, então sob domínio português. A Enfermaria Militar foi lá construída entre os anos de 1880 e 1883, dada a inserção regional e importância militar de Jaguarão e tendo por objetivo o atendimento de oficiais e praças servindo em toda a região. Tendo uma implantação em U, com o pátio central originalmente aberto para noroeste, ela foi construída principalmente em alvenaria de pedra irregular, tijolos e argamassa de cal, e tendo cobertura em telhado cerâmico com estrutura de madeira. A Enfermaria apresentava linguagem eclética com características neoclássicas que, nos termos do IPHAN (2010a), “transparecem, por exemplo, na simetria da fachada, nos ritmos das

aberturas e marcações de pilastras e cunhais, assim como na ornamentação” (p. 134) ou, mais precisamente, nos seus vestígios (Figura 1c, Figura 1d). Como esclarece esse Instituto, “Em 1915 a edificação foi ampliada, com a construção de uma capela e de um necrotério, e na década de 1940 abrigou uma escola e um alojamento militar, além de ser usada como prisão militar e política. Mas no início da década de 1970 o prédio foi desativado e abandonado, entrando rapidamente em arruinamento” (p. 134-135).

Assim como ocorreu com o Mercado Público Municipal de Jaguarão, a ruína da antiga Enfermaria Militar teve sua relevância cultural reconhecida primeiramente pela Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (CPHAE), também no ano de 1990, quando foi tombada como patrimônio histórico estadual.

A proposta de intervenção nessa ruína, teve por objetivo a instalação do Centro de Interpretação do Pampa, cujo tema central “é a singularidade da paisagem física e humana do que se chama pampa, no quadro da experiência brasileira. Trata-se de um museu vivo no qual os visitantes poderão vivenciar a especificidade e a riqueza da natureza, da cultura e da história irrepetível da região” (Brasil Arquitetura, s/p).

Essa proposta foi desenvolvida pela empresa Brasil Arquitetura, em 2009, e idealizada em parceria com a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e a Prefeitura Municipal de Jaguarão. A execução da obra teve início em 2011 – ou seja, antes do tombamento federal do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão –, contando então com recursos da UNIPAMPA e a cargo da empresa Marsou Engenharia. Essa obra teve sua execução eventualmente interrompida e foi retomada em 2014, agora com os recursos do PAC2-Cidades Históricas e ainda a cargo da Marsou Engenharia. No entanto, a obra ainda não está concluída.

Deste estudo de caso não se teve acesso ao Memorial Descritivo e, por essa razão, recorreu-se aos Relatórios de Viagens de Estudo, elaborados por acadêmicos de graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPel, de visitas técnicas realizadas sob orientação da Professora Doutora Ana Lúcia Costa de Oliveira e da Professora Doutora Aline Montagna da Silveira.

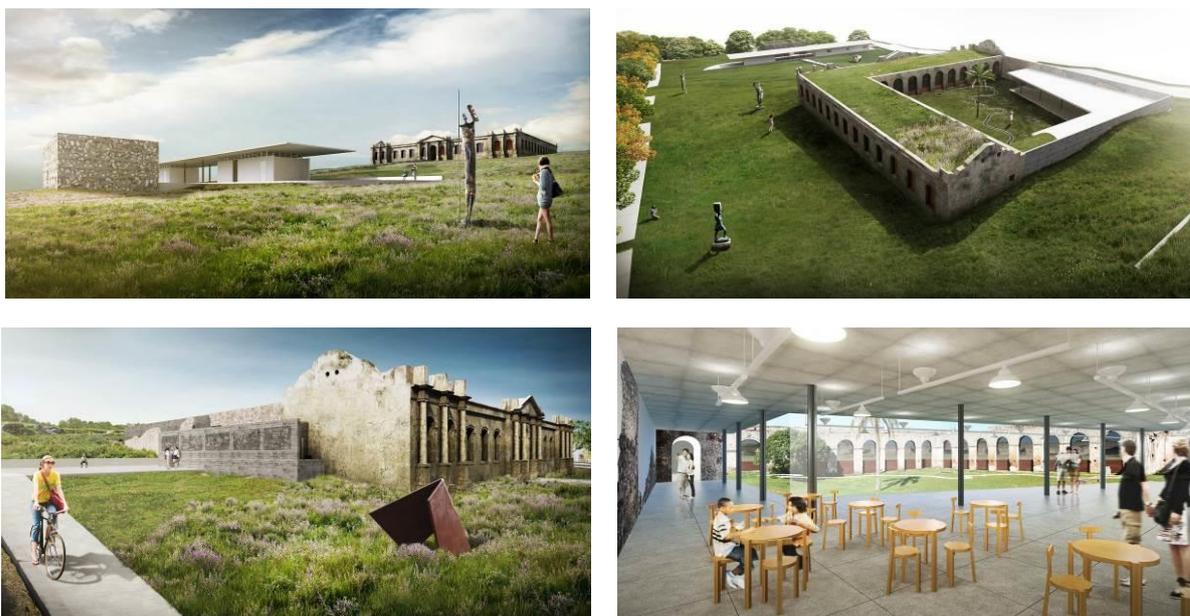
A proposta de intervenção consiste na implantação do Centro de Interpretação do Pampa na área da ruína da antiga Enfermaria Militar. Para sediar as dependências do complexo educativo, utilizou-se a reconstrução volumétrica da ruína e a adição de novas estruturas para apoio.

Na reconstrução, para além da discussão sobre a reconstrução em si, particularmente tratando-se de um ruína, as premissas de distinguibilidade e re-trabalhabilidade entraram em conflito devido à definição da técnica construtiva, concreto moldado *in loco* (Figuras 6b e 7d).

Além disso, pode-se afirmar que a impossibilidade de remoção do concreto colabora para a degradação do bem.

Somado a essas características conflitantes, a proposta criou uma tipologia de átrio central com corredores em todo o seu perímetro, que, no entanto, não corresponde à edificação na sua integridade, a qual se tratava de um edifício em U com fechamento da parte posterior com um muro em alvenaria de pedra. Ou seja, o esforço de resgate de um determinado momento é ainda prejudicado com uma falsa ambiência.

Figura 5: maquete digital da proposta de intervenção na ruína da antiga Enfermaria Militar.



Fonte: imagens em Brasil Arquitetura, s/d.

Figura 6: obras de intervenção na ruína da antiga Enfermaria Militar de Jaguarão: a) acesso lateral ao Centro de Interpretação do Pampa; b) acesso principal do Centro de Interpretação do Pampa.



Fonte: fotografias de Lourenço Kallil Tomaz, em 2015.

As adições propostas são alinhadas paralelamente às fachadas da Enfermaria. Na frente, foram construídos dois volumes: um deles em alvenaria de pedra (Figura 6a), para a qual foi feita a extração da pedreira existente na parte mais alta do terreno (Figura 7a). No lugar onde se escavou, foi construído um auditório em concreto moldado *in loco* (Figuras 6b).

Figura 7: obras de intervenção na ruína da antiga Enfermaria Militar de Jaguarão: a) escavação da pedra para construção do auditório em concreto a partir do pátio central criado na intervenção; b) o pátio central criado na intervenção; c) o corredor criado na intervenção.



Fonte: imagens em Brasil Arquitetura, s/d.

CONTRIBUIÇÕES E ENCAMINHAMENTOS

[...] na prática, acaba-se por desrespeitar aquilo que se diz querer preservar (KÜHL, 2015, p. 29).

A postura de intervenção, nos dois casos, parece buscar um “determinado momento da vida da obra”. As propostas expressam como finalidade a reconstituição. Desse modo, em ambos, a intervenção pode conduzir a uma confusão na interpretação dos bens.

A postura adotada para o projeto do Mercado Público Municipal de Jaguarão, ao buscar o resgate de um momento estilístico e histórico da obra através das suas estratégias projetuais, como o mimetismo de elementos arquitetônicos e a supressão de elementos novos inseridos para a consolidação estrutural, colocam o bem como obra de arte. Essa postura fica ainda mais evidente ao se desconsiderar o conjunto arquitetônico industrial e o desenho da praça vizinhos, que sugere colocar o Mercado como monumento, isolado, e de importância superior para a organização social daquela parcela urbana.

Sugere-se, como continuidade deste trabalho, a consulta e a análise dos documentos *As built*, a fim de se avançar a discussões conclusivas acerca das soluções práticas e técnicas utilizadas nas obras. E também, uma consulta às orientações do IPHAE podem contribuir para

a discussão, visto que ambos os bens já eram tombados em nível estadual antes da elaboração do dossiê de tombamento federal, e portanto, as propostas estavam submetidas à competência da gestão estadual do patrimônio.

Deve-se observar que os projetos de intervenção apresentados foram desenvolvidos antes da implementação do Programa PAC2-Cidades Históricas e antes mesmo do próprio tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão pelo IPHAN, e portanto, sem as orientações e diretrizes de ação estabelecidas e brevemente analisados neste trabalho. Mesmo assim, serviram para comparar, mesmo que de uma forma inicial, a relação entre o desenvolvimento teórico e a prática da conservação no país, naquele período.

Por fim, cabe enfatizar que ações de intervenção patrimonial devem ser desenvolvidas e definidas à luz da discussão teórica e conceitual, a qual deve ser realizada por várias mãos, para que não prevaleça um ou outro valor.

Deve-se ainda lembrar que a motivação de preservar-se, como consolidada ao longo do tempo, deveria provir de razões culturais, científicas e éticas (qual é o nosso direito de apagar os traços de gerações passadas e privar as gerações futuras da possibilidade do conhecimento de que esses bens são portadores?). (KÜHL, 2007, p. 203)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração**. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

BRASIL ARQUITETURA. **Brasil Arquitetura** [online]. s/d. Disponível na Internet: <<http://brasilarquitetura.com>>.

CARBONARA, Giovanni. Brandi e a restauração arquitetônica hoje. **Desígnio**, n. 6, p. 35-47, 2007.

CARSALADE, Flávio de Lemos. **A Pedra e o Tempo: arquitetura como patrimônio cultural**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Paisagem cultural: novas perspectivas para o patrimônio. **Arquitextos** [online]. 162.02, ano 14, nov. 2013. Disponível na Internet: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.162/4960>>.

IPHAE (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL). **Bens tombados: Antiga Enfermaria Militar** [online]. 2019a. Disponível na Internet: <<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=17300>>.

_____. **Bens tombados: Mercado Público** [online]. 2019b. Disponível na Internet: <<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=14910>>.

IPHAN (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL). **O Avanço da Fronteira Meridional: Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão - RS: Dossiê de Tombamento**. Porto Alegre: IPHAN, 2010a.

_____. **Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão - RS: Dossiê de Tombamento: Diretrizes para Gestão**. Porto Alegre: IPHAN, 2010b.

_____. **Processo de Tombamento nº 1.569-T-08: Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão - RS**. Porto Alegre: IPHAN, 2010c.

_____. **PAC2: Cidades Históricas** [online]. 2013a. Disponível na Internet: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Folder%20PAC2%20Cidades%20Hist%C3%B3ricas.pdf>>.

_____. **Orientações para elaboração do projeto básico** [online]. 2013b. Disponível na Internet: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/299>>.

_____. **Conjunto Histórico e Paisagístico: Formulação e Implementação** [online]. 2014. Disponível na Internet: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Formula%C3%A7%C3%A3o%20e%20Implementa%C3%A7%C3%A3o.pdf>>.

_____. **PAC Cidades Históricas** [online]. s/d. Disponível na Internet: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Folder%20PAC2%20Cidades%20Hist%C3%B3ricas.pdf>>.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Cesare Brandi e a teoria da restauração. **Pós: Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, 21, p. 197-211, 2007.

_____. **AUH 412 - Notas de aula/2015**, FAUUSP, 2015, p. 35.

PMJ (Prefeitura Municipal de Jaguarão). **Brasil Arquitetura: Memorial Descritivo: Projeto de Restauro e Requalificação do Edifício do Mercado Municipal de Jaguarão localizado no Rio Grande do Sul: Versão 1 (setembro 2013)** [online]. 2013. Disponível na Internet: <<https://www.jaguarao.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/01/CONCORR%C3%80NCIA-005-2014-Mercado-P%C3%BAblico-ANEXO-III-Caderno-de-Encargos.pdf>>.

_____. **Index of /wp-content/uploads/2014** [online]. 2014. Disponível na Internet: <<https://www.jaguarao.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/>>.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Brasília: IPHAN, 2007.

RODRIGUES, Angela Rosch. **Ruína e patrimônio cultural no Brasil**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017. (Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo).

RUSKIN, John. **A lâmpada da memória**. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

SIMMEL, Georg. A ruína. In: SOUZA, Jessé; ÖELZE, Berthold (Orgs.). **Simmel e a modernidade**. Brasília: UnB, 1998. p. 137-144.

TOFANI, Frederico de Paula. **Teorias e Práticas Contemporâneas de Restauração, Reabilitação e Requalificação do Patrimônio Cultural Edificado: Uma Experiência de Ensino de Pós-Graduação Interdisciplinar**. In: SIMPÓSIO CIENTÍFICO DO ICOMOS/BRASIL: AUTENTICIDADE EM RISCO, 3º, 2019, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte, 2019.

TOFANI, Frederico de Paula; BRUSADIN, Leandro Benedini. **A Arquitetura Vernácula enquanto Patrimônio Cultural: Contribuições para sua Preservação e Uso Sustentável**. In: SEMINÁRIO ARQUITETURA VERNÁCULA: PATRIMÔNIO & SUSTENTABILIDADE, 2º, 2019, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte, 2019. (No prelo).